

HABEAS CORPUS Nº 515.621 - RJ (2019/0168816-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : MATUSALEM LOPES DE SOUZA - RJ038754
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : THIAGO FERREIRA DE LIMA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de THIAGO FERREIRA DE LIMA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Agravos em Execução n. 00059724-03.2018.8.19.0000).

Extrai-se dos autos que o Juízo das Execuções Criminais deferiu ao paciente o pedido de indulto previsto no Decreto n. 8.615/2015, ressaltando que o delito de tráfico cometido pelo apenado não é hediondo.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual deu provimento ao recurso para cassar o indulto concedido, nos termos da seguinte ementa:

EMENTA - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL.

DECISÃO QUE DEFERE PLEITO DEFENSIVO DE INDULTO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS, COM BASE NO ART. 1º, XIV, DO DECRETO N.º 8.615/2015 E JULGA EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS FATOS IMPUTADOS AO APENADO, NA FORMA DO ART. 107, II, DO CÓDIGO PENAL.

PRETENSÃO MINISTERIAL A REFORMA DA DECISÃO QUE SE ACOLHE. AGRAVADO CONDENADO POR CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS JÁ BENEFICIADO PELA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA CONSTANTE NO ART. 33, § 4.º, DA LEI DE DROGAS, EM SEDE DE APELAÇÃO.

CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO QUE, AINDA QUE NÃO SEJA HEDIONDO OU EQUIPARADO, POSSUI EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL PARA A CONCESSÃO DA BENESSE. APLICAÇÃO DO ART. 44 DA LEI N. 11.343/06.

PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL PARA CASSAR A DECISÃO QUE DEFERIU O INDULTO E DETERMINAR

O REINÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.

No presente *writ*, a impetrante sustenta que “o Supremo Tribunal Federal afastou o caráter de hediondez do crime de tráfico privilegiado deixando de existir óbice para que pudesse ser concedido tanto o indulto quanto a comutação de penas.” (fl. 5).

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para reconhecer o preenchimento dos requisitos legais para a concessão de indulto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Suficientemente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

